

Presidente: Eduardo Perez Salusse

Vice-Presidente: Rodrigo Jorge Moraes

Diretor Administrativo: Humberto Gouveia

Diretora Secretária Geral: Cibele Malvone

Diretor de Prerrogativas: Pedro Luiz Oliveira

Diretora de Projetos: Lina Santin Cooke

Diretor Geral: Sidney Stahl

Boletim

MDA

Julho 2022 | Edição Nº 3



Boletim MDA

MDA NEWS

Diretoria

#36 O MDA apresentou pedido de ingresso como amicus curiae no julgamento do RE 1.326.559, Tema 1.220 perante o STF, em que se discute a inconstitucionalidade do §14 do art. 85 do CPC e a natureza alimentar dos honorários advocatícios.

#37 O MDA realizou o evento “O Advogado Estratégico e a Teoria dos Jogos” com o Prof. Dr. Cristiano Carvalho. O evento foi gravado e está disponível para todos no nosso canal do Youtube.

#38 O MDA emitiu nota de apoio à Justiça Eleitoral, especialmente na confiabilidade do sistema de votação por urnas eletrônicas e nos mecanismos legais de controle.

#39 O MDA, em conjunto com a OAB/SP, AASP, CESA, IAB, IASP e SINSa, prestou esclarecimentos e requereu medida liminar no pedido de providências perante o CNJ em face de regras de pagamento imediato de custas judiciais emitidas pelo TJSP.

#40 O MDA aderiu ao manifesto em defesa da democracia e da justiça a ser publicado em conjunto com outros cidadãos e entidades da sociedade civil.

MDA

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

NOTAS PÚBLICAS

MDA



CUMPRIMENTOS PÚBLICOS

O Movimento de Defesa da Advocacia (MDA) cumprimenta publicamente o seu Conselheiro Marcos da Costa pela entronização de sua foto na galeria de presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo, cuja cerimônia ocorreu no dia 11.07.2022

São Paulo, 13 de julho de 2022

Movimento de Defesa da Advocacia

 Acesso em: <https://bit.ly/3S9cGDT>

MDA

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

NOTAS PÚBLICAS

MDA



NOTA DE APOIO À JUSTIÇA ELEITORAL

O Movimento de Defesa da Advocacia (MDA) vem a público declarar que confia no Poder Judiciário, no sistema eleitoral e nas demais instituições democráticas do país.

O sistema jurídico dispõe de mecanismos de fiscalização e controle necessários à manutenção da ordem legal, apto a reagir diante de quaisquer possíveis violações apuradas por provas e indícios reais de sua ocorrência.

Desde o início do uso das urnas eletrônicas, há mais de 25 anos, nenhuma prova ou indício de fraude foram detectados, inexistindo razões técnicas para questionar a higidez do processo eleitoral.

São Paulo, 19 de julho de 2022

Movimento de Defesa da Advocacia

 Acesso em: <https://bit.ly/3zHhvxx>

MDA

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

Espaço Conselho

Artigos Publicados

O Diretor Presidente do MDA, **Eduardo Perez Salusse** publicou artigo no jornal Valor com o título: O CARF foi apropriado pelos contribuintes?

 **Acesso em:** <http://globo/3RT9KeG>

Fonte: Valor Econômico

O Diretor Vice-Presidente do MDA, **Rodrigo Jorge Moraes** publicou artigo no site Migalhas sobre o Decreto instituidor das regras e instrumentos para a negociação de créditos de carbono no Brasil, com o título: Mercado Brasileiro de Carbono.

 **Acesso em:** <https://bit.ly/3zF68G5>

Fonte: Portal Migalhas

O Conselheiro do MDA, **Antonio Claudio Mariz de Oliveira** publicou artigo no jornal O Estado de São Paulo com o título: A violência estimulada se alastra.

 **Acesso em:** <https://bit.ly/3oyljJL>

Fonte: ESTADÃO

O Conselheiro do MDA, **Miguel Reale Junior** publicou artigo no ESTADÃO com o título: Golpe contra o judiciário.

 **Acesso em:** <https://bit.ly/3PKhBcT>

Fonte: ESTADÃO

O Conselheiro do MDA, Romeu Amaral publicou artigo no site Governance lab com o título: Morte e fim da EIRELI.

 **Acesso em:** <https://bit.ly/3oEFXsA>

Fonte: Governance Lab

MDA)

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

Eventos



Em 11 de julho foi realizada a entronização da foto do nosso Conselheiro **Marcos da Costa** na Galeria dos Ex-Presidentes da OAB-SP nas gestões 2013-2015 e 2016-2018. Noite memorável.



Em 12 de julho, sob a coordenação da Diretora de Projetos **Lina Santin Cooke** ocorreu evento organizado pelo MDA sob o título: O Advogado estratégico: A Teoria dos Jogos no Direito, com a participação do Advogado **Cristiano Carvalho**.



Em 25 de julho, o Diretor Vice-Presidente do MDA **Rodrigo Jorge Moraes** participou dos debates sobre Mudanças Climáticas, onda de calor na Europa e impactos na sociedade, produção e agricultura, na Rádio Justiça – STF.

MDA Juris

Projetos de lei, legislação e jurisprudência de interesse da Advocacia

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade da [Proposta de Emenda à Constituição \(PEC\) 329/13](#), que muda as regras de composição e funcionamento do Tribunal de Contas da União (TCU), dos tribunais de contas dos estados, do DF e dos municípios, além do Ministério Público junto ao TCU.

 **Acesso em:** <https://bit.ly/3BnvUzl>

Fonte: Agência Câmara de Notícias

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que introduz na legislação brasileira o contrato de fidúcia (regime de administração de bens de terceiros). O texto é inspirado no trust, figura comum no direito inglês e norte-americano.

 **Acesso em:** <https://bit.ly/3vLbCgf>

Fonte: Agência Câmara de Notícias

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou proposta que autoriza o desconto dos honorários do advogado diretamente do benefício previdenciário recebido pelo cliente em processo administrativo.

Atualmente, a Lei de Benefícios da Previdência Social não prevê o desconto direto dos honorários como consequência de decisão administrativa favorável ao segurado.

 **Acesso em:** <https://bit.ly/3cDgsFm>

Fonte: Agência Câmara de Notícias

MDA Juris

Projetos de lei, legislação e jurisprudência de interesse da Advocacia

As comissões de Finanças e Tributação; e de Minas e Energia da Câmara dos Deputados promovem debate nesta terça-feira (5) sobre o Fundo de investimentos para financiar projetos de crédito de carbono.

 **Acesso em:** <https://bit.ly/3cl9G17>

Fonte: Agência Câmara de Notícias

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados aprovou proposta que cria um certificado de sustentabilidade para produtos da biodiversidade da Amazônia protegidos por indicação geográfica – indicação de procedência (IP) ou a denominação de origem (DO). A solicitação do certificado de sustentabilidade pelo detentor da indicação geográfica será voluntária. De acordo com o [Projeto de Lei 143/21](#), o certificado será concedido e fiscalizado pelos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama). Esses órgãos poderão, mediante convênio ou contrato, credenciar órgãos públicos e organizações privadas para concederem e fiscalizarem o certificado.

 **Acesso em:** <https://bit.ly/3BxAsUa>

Fonte: Agência Câmara de Notícias

MDA Juris

Projetos de lei, legislação e jurisprudência de interesse da Advocacia

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que altera o [Código Penal](#) para aumentar em 1/3 as penas de crimes contra a honra (calúnia, injúria e difamação) cometidos contra mulheres, por razões da condição de sexo feminino. A medida está prevista no [Projeto de Lei 3048/21](#), do Senado Federal.

 **Acesso em:** <https://bit.ly/3S8k9TR>

Fonte: Agência Câmara de Notícias

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou projeto que altera a [Lei de Execução Penal](#) para estabelecer que as despesas com o monitoramento eletrônico sejam arcadas pelo condenado. Pelo texto, os custos poderão ser descontados do valor que o preso recebe por trabalho remunerado na prisão. Apenas os condenados comprovadamente hipossuficientes ficarão isentos do pagamento das despesas.

 **Acesso em:** <https://bit.ly/3oAjD3x>

Fonte: Agência Câmara de Notícias

O Projeto de Lei 1259/22 inclui entre os direitos do advogado o de ter reconhecida a declaração de autenticidade dos documentos por ele juntados a processos judiciais ou administrativos. A proposta, em tramitação na Câmara dos Deputados, altera o [Estatuto da Advocacia](#).

 **Acesso em:** <https://bit.ly/3JkK9re>

Fonte: Agência Câmara de Notícias

MDA)

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

MDA Juris

Projetos de lei, legislação e jurisprudência de interesse da Advocacia

O Projeto de Lei 5284/20, aprovado no primeiro semestre, proíbe a concessão de medida cautelar para busca e apreensão em escritórios de advocacia com base somente em declarações de delação premiada sem confirmação por outros meios de prova. A matéria, de autoria do deputado [Paulo Abi-Ackel \(PSDB-MG\)](#), foi convertida na Lei 14.365/22. O texto também proíbe o advogado de fazer colaboração premiada contra quem seja ou tenha sido seu cliente, sujeitando-se a processo disciplinar que pode resultar em sua exclusão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sem prejuízo de processo penal por violação de sigredo profissional, punível com detenção de três meses a um ano.

 **Acesso em:** <https://bit.ly/3S8k9TR>

Fonte: Agência Câmara de Notícias

O Projeto de Lei 4727/20 determina o fim da multa aplicada pela Justiça ao advogado que abandona processo penal. O texto substitui a sanção por um processo administrativo na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Já aprovada no Senado, a proposta tramita agora na Câmara dos Deputados.

 **Acesso em:** <https://bit.ly/3S23Urk>

Fonte: Agência Câmara de Notícias

MDA)

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

MDA Juris

Projetos de lei, legislação e jurisprudência de interesse da Advocacia

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a criação de comissão especial para apresentar propostas de solução para o impasse federativo entre a União, os estados e o Distrito Federal na questão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre combustíveis. A primeira reunião da comissão está agendada para o dia 2/8, e o prazo para a conclusão dos trabalhos foi fixado, inicialmente, para o dia 4/11.

 **Acesso em:** <https://bit.ly/3Sb0DUQ>

Fonte: Agência Câmara de Notícias

A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou o trancamento de investigação instaurada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) contra duas advogadas que gravaram, sem autorização, o depoimento de um cliente no procedimento que apura a morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. O colegiado entendeu que não houve ilegalidade na conduta das profissionais.

 **Acesso em:** <https://bit.ly/3Q7iGeR>

Fonte: Agência Câmara de Notícias

MDA)

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA



MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA

mda.org.br
secretaria@mda.org.br
+55 (11) 3146 -2412

